



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

FORMA DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO
INICIO E FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	ÀS 08H00MIN, DO DIA 28/08/2024 , ATÉ ÀS 08H00MIN DO DIA 16/09/2024
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS:	ÀS 08H30MIN DO DIA 16/09/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	IMEDIATAMENTE APÓS A CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
LICITAÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:	SIM
REFERÊNCIA DE TEMPO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	PORTAL: COMPRAS BR https://comprasbr.com.br/
ORÇAMENTO:	O ORÇAMENTO SERÁ SIGILOSO (ART. 24 DA LEI Nº 14.133/21)
PRAZO DO LICITANTE P/ ASSINATURA DO CONTRATO * A contar do Ato Convocatório	05 DIAS ÚTEIS
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO	SERA DE 12 (DOZE) MESES
PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO * A contar do recebimento da Autorização de Serviço:	SERA DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS
INTERVALO MÍNIMO DE LANCE:	R\$ 100,00
CASAS DECIMAIS	DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA (EX: R\$10,00)
<u>INTIMAÇÕES / COMUNICAÇÕES:</u>	AS INTIMAÇÕES DOS ATOS RELATIVOS AO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, INCLUSIVE DECORRENTE DO FUTURO CONTRATO ADMINISTRATIVO (OU EQUIVALENTE), SERÃO FEITAS ATRAVÉS DE PUBLICAÇÃO NO SITE: https://www.lajinha.mg.gov.br/licitacoes QUAISQUER DÚVIDAS, CONTATAR PELO TELEFONE (33) 3344-2423 / (33) 3344-2006 OU PELO E-MAIL: licitacao@lajinha.mg.gov.br
OBS.1: AS EMPRESAS E/OU REPRESENTANTES QUE TIVEREM INTERESSE EM PARTICIPAR DO CERTAME OBRIGAM-SE A ACOMPANHAR AS PUBLICAÇÕES REFERENTES AO PROCESSO NO SITE https://www.lajinha.mg.gov.br/licitacoes , BEM COMO AS PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO https://www.lajinha.mg.gov.br/diario-eletronico , QUANDO FOR O CASO, COM VISTA A POSSÍVEIS ALTERAÇÕES E AVISOS.	
OBS.2: CASO O LICITANTE INFORME NA PLATAFORMA NOS CAMPOS "MARCA" E "MODELO" INFORMAÇÃO QUE MODIFIQUE O CONTEÚDO DO CAMPO "DESCRIÇÃO", "UNIDADE" E "QUANTIDADE" PREVALECEM ESTAS ("DESCRIÇÃO", "UNIDADE" E "QUANTIDADE") EM DETRIMENTO DAQUELA(S) ("MARCA" E "MODELO"). POR CONSEQUENTE, SERÁ TACITAMENTE COMPREENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO QUE A PROPOSTA ATENDE COMPLETAMENTE OS TERMOS DO EDITAL - NÃO PODENDO O LICITANTE ALEGAR TAIS QUESTÕES NA FASE DE EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (OU DO CONTRATO).	
OBS.3: NOS CASOS EM QUE A MARCA/MODELO/FABRICANTE FOREM DA PRÓPRIA LICITANTE, DEVERÃO SER UTILIZADAS AS EXPRESSÕES "MARCA PRÓPRIA", OU "MODELO PRÓPRIO", OU "FABRICAÇÃO PRÓPRIA", SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	



MUNICÍPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

EDITAL

PROCESSO N° 0023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO N° 005/2024

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **Município de Lajinha Estado de Minas Gerais**, inscrito no CNPJ sob o n° 18.392.522/0001-41, com sede na Dr. Sidney Hubner França Camargo 69 "A", Bairro Centro, Lajinha/MG, por meio de sua equipe de Pregão, realizará licitação, **para registro de preço**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei n° 14.133 de 2021**, Decreto n° 10.024/2019, Lei Complementar n° 123/2006 e Decreto Municipal n° 009/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data e horário da sessão: 16/09/2024 às 08h30min.

Data e horário do início para envio de Proposta: Será às 08h00min do dia 28/08/2024.

Data e horário final para recebimento de Proposta: Até às 08h00min do dia 16/09/2024.

Modo de Disputa: aberto

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preço para futura, ventual e parcelada aquisição/fornecimento de pneus e câmaras de ar para atender a frota de veículos e máquinas do Município de Lajinha/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. DO REGISTRO DE PREÇOS:

1.3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

2.1. Os interessados em participar deste Pregão, deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela **COMPRAS BR**, por meio do sítio <https://comprasbr.com.br/>, onde poderão obter maiores informações, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do(a) Município de Lajinha/MG, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico relacionado nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3. Poderão participar dessa licitação qualquer empresa que atendam as condições do edital (Competição ampla).

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio ¹;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico,



MUNICÍPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

¹ NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e valor total, conforme definido neste edital e na plataforma de realização do pregão;



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

- 4.1.2. Marca, se for o caso;
- 4.1.3. Fabricante, se for o caso;
- 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado conforme especificações do sistema operacional e critério de julgamento adotado.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado neste edital.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021,



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

5.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União**

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas**

c) **- CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União**

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.4 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, e Decreto Municipal nº 009/2023.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

6.15.No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16.Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, deverão ser exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia nos termos do inciso IV do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. Os documentos exigidos para habilitação detalhados no Termo de Referência serão enviados **por meio da plataforma de Pregão Eletrônico escolhido pela administração**, em formato digital, no prazo de **MÍNIMO DE DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

exigir.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.A exigência dos documentos de habilitação que constem do Termo de Referência **somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência,



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. A Ata de Registro de Preço, com a indicação dos fornecedores e os preços registrados, deverá ser disponibilizada no PNCP, observada a regra prevista no art. 176 da Lei 14.133/2021.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, poderá ser incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação, situado na Rua. Dr. Sidney Hubner França Camargo, nº 69 "A", Bairro Centro, neste município.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1.Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e;

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4.A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5.As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6.Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7.A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do(a) Município de Lajinha/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8.Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida em favor do(a) Município de Lajinha/MG.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao(a) Município de Lajinha/MG.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, perante o sistema provido pela **Comprasbr**, por meio do sítio <https://comprasbr.com.br/>.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

13.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da Plataforma indicada no item 2.1 deste edital e no site do(a) Município de Lajinha/MG, através do endereço <https://www.lajinha.mg.gov.br/licitacoes>, também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala própria para sessão pública de certame da Prefeitura Municipal de Lajinha/MG, localizada na Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, nº 69 "A", Centro, neste município, nos dias úteis, no horário das 08h às 17h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2. Anexo II - Declaração de Proposta;

13.11.3. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preço;

13.11.4. Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato;

13.11.5. Anexo V - Modelo de Declaração Unificada.

Prefeitura, sede adm. do Município de Lajinha/MG, 27 de agosto de 2024.

Lucas Eduardo de Souza Azine
Agente de Contratação
Designado pela portaria nº 754/2024



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(19/07/2024-SMT)

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO

Unidade Administrativa de Origem:	Secretaria Municipal de Transportes
Titular do Cargo:	Luiz Cláudio Ferreira
Cargo:	Secretário
Ato de Nomeação:	Portaria nº 158/2021 de 01 de março de 2021
Descrição Resumida do Objeto:	Contratação de empresa para fornecimentos de pneus e câmara de ar para atender a frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Lajinha.
Modalidade:	Sistema Registro de Preços
Período de Vigência do Contrato Administrativo:	01 (um) ano.
Legislação Aplicável:	Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO: (Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação)

1.1 O objeto do presente Pregão é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por pregão eletrônico através do Sistema Registro de Preços para Aquisição/fornecimento de pneus e câmaras de ar para atender a frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Lajinha, conforme as especificações mínimas indicadas na tabela abaixo:

1.2 Descrição e quantidade de materiais:

Nº	ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	PNEU 215/75 17.5 C LISO	UNIDADE	30	Índice de carga:mínimo 126; índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a ate c;carga maxima minimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
02	PNEU 215/75 17.5 C BORRACHUDO	UNIDADE	10	Índice de carga:mínimo 126; índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a ate c;carga maxima minimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
03	PNEU 275/80 R 22.5 BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	68	PNEU 275/80R22,5, PRO D BORRACHUDO: Especificação: Pneu 275/80r 22,5 radial borrachudo com banda de rodagem na largura de 230 mm. com banda par pneus radiais aplicados em eixos de tração para veículos que rodam em baixa a média velocidade e em percursos mistos de asfalto e terra; 16 lonas cr/app ibama. fabricante/revendedor; data de fabricação não superior a 12 meses.
04	PNEU 275/80 R 22.5 LISO RADIAL	UNIDADE	34	PNEU 275/80R22,5 PRO S LISO: Especificação: pneu 275/80r 22,5 radial liso com banda de rodagem na largura de 230 mm. Coom banda para oneus radiais aplicados em eixos livres e direcionais para veículos que rodam em baixa a média velocidade em perusos



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				mistos de asfalto e terra. 16 lonas. cr/app - ibama. obs - fabricante/revendedor. certificado inmetro. data de fabricação não superior a 12 meses.
05	PNEU 1000/20 C LISO RADIAL	UNIDADE	10	PNEU 10.00X20 AT 65 LISO - Especificação: Pneu 12 R 16,5, índice de carga 44, índice de velocidade a7, profundidade de sulcos no mínimo de 20 mm, 10 lonas, código de aplicação: L - 3.
06	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	20	PNEU 10.00X20 AT 59 BORRACHUDO - Especificação: pneu 10.00x20 at 59 borrachudo - pneu trator rodas tração, largura seção pneu 10,50 pol, diâmetro nominal aro 20 pol, quantidade lonas 10 um. Tipo estrutura carcaça diagonal, largura seção 276 mm, características adicionais com câmara.
07	PNEU 215/75 R 17.5 R BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	30	Pneu 215/75 R 17,5 borrachudo, com 12 lonas, com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
08	PNEU 205/75 R 16	UNIDADE	16	índice de carga: mínimo 116 índice de velocidade : mínimo 150km/h; aderencia molhado: a ate c; carga maxima: mínimo 1.200kg lona 8 a 10
09	PNEU 205/50 R 17	UNIDADE	12	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA NÁILON\, MATERIAL TALÃO:AÇO\, MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, MATERIAL FLANCOS:MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, DIMENSÕES:205/50 R17
10	PNEU 195/55 R 15	UNIDADE	50	índice de carga: mínimo 85 a 92 -índice de velocidade : mínimo 190 km/h; -aderencia molhado: a ate c; - carga maxima: mínimo 560kg
11	PNEU 25.5-25	UNIDADE	12	PNEU 25.5 X 25; Lonagem: 20 lonas; Aro:25; Construção: Diagonal; Tipo: sem câmara; Aplicação: Terra; Tipo de desenho: Simetrico
12	PNEU 14.0X24-16 PR G2	UNIDADE	16	PNEU 14.00-24 TG OU 13.00-24 G2 - Especificação: pneumático para máquinas fora de estrada - pneu para retroescavadeira jbc na medida 17/5/25
13	PNEU 19.5-24	UNIDADE	8	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
14	PNEU 12-16.5	UNIDADE	6	PNEU 12x16.5 - Especificação: pneu 12x16,5, borrachudo, aro 16.5, mínimo 12 lonas. Certificado pelo inmetro e no ibama. Garantia mínima de 5 anos contra defeito de fabricação. Aplicação mini pá carregadeira nh l218.
15	PNEU 19.5L-24	UNIDADE	4	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
16	PNEU 12.5L - 80-18	UNIDADE	4	PNEU 15.5 X 80 X 18: 12 lonas R 4, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
17	PNEU 18.4-30	UNIDADE	4	PNEU 18.4-30 - Especificação: pneu trator rodas tração - 18,40 pol, diâmetro nominal aro 30 pol, quantidade lonas 12 um, características adicionais sem câmara. Novo primeira linha, não recauchutado, com certificado do inmetro.
18	PROTETOR 7.5/16	UNIDADE	30	Protetor para câmaras de ar; Dimensões: 7.50-16; aro 16
19	PROTETOR 1000/20	UNIDADE	30	Protetor aro 20 para câmaras de ar 1000-20 / 900-20; Aro 20
20	CAMARA DE AR 1000/20	UNIDADE	30	Especificação: Tamanho: 10.00R20; Modelo: Radial v3-04-5; Quantidade: X8; Uso: caminhão e ônibus
21	CAMARA DE AR 80/100 R 18	UNIDADE	10	Peso aproximado: 432 g; Medida de pneu compatível: 100/80-18; Aro 18; Bico curvado; Válvula: TR-4
22	CAMARA DE AR 90/90 R 18	UNIDADE	10	Medidas: Compatíveis: 90/90-18; Aro:18; Válvula TR4; Material: borracha
23	CAMARA DE AR 12.5L-80-18	UNIDADE	10	Medida: 12.5/80-18; Válvula: TR218A; Aro: 18
24	PNEU 185/70 R 14	UNIDADE	10	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderencia molhado: a ate c - carga maxima:mínimo 560kg



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

25	PNEU 80/100 R 18	UNIDADE	10	Pneu 80/100-18 City: índice de carga: 47; índice de velocidade: S; Tipo de montagem: Sem câmara; A largura da seção é de 8mm; Possui diâmetro de 18"; A relação entre altura e largura é de 100; Mantém a estabilidade em pisos molhados; Apto para motos
26	PNEU 90/90 R 18	UNIDADE	10	PNEU 90/90-18 SUPER CITY - Especificação: Pneu novo para motocicleta medidas: 90 x 90 x 18 (largura x perfil x aro). índice de carga 48. índice de velocidade: T.
27	ANEL DE VEDAÇÃO 14.0X24-16	UNIDADE	12	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PNEUS - OR 88 T Sobre o produto: Medida: OR 88 T Características: Utilizado em pá carregadeira, patrol motoniveladora 1400-24 Medidas de pneus: 9.00.24 - 10.00.24 - 12.00.24 - 13.00.24 14.00.24 - 16.00.24
28	PNEU 205/60 R 16	UNIDADE	24	Especificação: Índice de carga: 92 (630kg) Diâmetro: 652 mm; largura: 205 mm; índice de velocidade: H (210 Km h); talas compatíveis: 6 a 7.5; Sulco: 9mm; Aderência: A; sem câmara
29	PNEU 205/70 R 15	UNIDADE	4	pneumático para utilitário, dimensões 205/70 R15c; construção radial; reforçado, aro 15, IC 106/104, cod. Vel. "r", novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
30	PNEU 225/75 R 16	UNIDADE	40	radial liso com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
31	PNEU 215/65 R 16	UNIDADE	64	Pneu 215 / 65 R16 com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
32	PNEU 205/55 R 16	UNIDADE	8	pneumático para utilitário, dimensões 205/55 R16, construção radial, aro 16, largura de seção mínima de 205mm, diâmetro externo mínimo de 632 mm, índice de carga 91 - 615kg; índice de velocidade t, novo (primeira vida), com certificação do INMETRO.
33	PNEU 195/55 R 16	UNIDADE	20	Dimensões: 195/55 R16; Diâmetro total: 620.9 mm; Aro 16; Tipo de construção: Radial; índice de peso 87 - 545kg; índice de velocidade: V - 24km/h; Peso: 7.76; Tração A; com selo do INMETRO; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
34	PNEU 165/70 ARO 13	UNIDADE	12	Dimensões: 165/70R13; largura 165 mm; Aro 13; diâmetro total 561,2 mm; índice de peso: 83 -487kg; índice de velocidade T - 190km/h; Tipo de construção: Radial;
35	PNEU 175/70 R 14	UNIDADE	120	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderencia molhado: a ate c - carga maxima:mínimo 560kg
36	PNEU 195/65 R 15	UNIDADE	30	Dimensões: 195/65R15; Largura: 195 mm; Aro: 15; Diâmetro total: 634,5 mm; índice de peso: 91 - 615kg; índice de velocidade: H - 210 km/h; Tipo de construção: Radial; Peso 8.77; Tração: A; Temperatura: A; Garantia: 5 anos contra defeito de fabricação.
37	PNEU 175/65 R 14	UNIDADE	32	PNEU 175/65R14 ENERGY - Especificação: Medida: 175/65R14; Aro: 14; Diâmetro total: 583.1mm; índice de peso: 86 - 530kg; índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro do inmetro; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação
38	PNEU 7.50/16 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	24	Dimensões: 7.50R16; Largura 7.50"; Perfil: 50"; Aro: 16; Diâmetro total: 711.2 mm; índice de peso: 122 - 1500kg, 118 - 1320 kg, 122/118; índice de velocidade: M - 130 Km/h; tipo de construção: Radial; Quantidade de lonas: 14; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação; selo do INMETRO
39	PNEU 7.50/16 R LISO RADIAL	UNIDADE	20	Aro: 16; índice de peso (por pneu): 122 - 1500kg; índice de peso (rodado duplo): 118 - 1320kg; índice de velocidade: K - 110 km/h; uso com câmaras
40	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	12	Pneu 1000 R 20 14 lonas radial borrachudo min 20,3 mm de prof.(misto para estrada de chão e asfalto) com



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
41	PNEU 215/75 R 16	UNIDADE	40	índice de carga: mínimo 116 - índice de velocidade: mínimo 150km/h - aderência molhado: a até c - carga máxima: mínimo 1.200kg - quantidade de lona 8 a 10
42	PNEU 185/65 R 15	UNIDADE	48	Pneu 185/65 R15: pneumático para automóvel leve; medida 185/65 R15, aro 15, largura 185mm perfil 65% índice de carga 88 (560 kg) índice de velocidade h (210 km/h) estrutura radial; com certificação compulsória INMETRO.
43	PNEU 215/70 R 16	UNIDADE	24	215/70R16; Largura: 215 mm; Aro: 16; Diâmetro totam: 707.4 mm; índice de peso: 100 - 800 kg; índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Tração: A; garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
44	PNEU 225/65 R 16	UNIDADE	30	225/65R16; Largura: 225 mm; Aro: 16; Diâmetro: 698,9 mm; índice de peso: 112-1120 kg; índice de velocidade: R - 170 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro Inmetro; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
45	CÂMARA DE AR 7.5/16	UNIDADE	40	Câmara de ar para pneu; Utilização: câmara de ar utilizada em pneus de veículos leves; Aplicação: 7.50 x 16 / 7.00 x 16; Outros: Válvula fixa de borracha; Garantia de 3 anos contra defeito de fabricação.
46	CÂMARA DE AR 14.0X24-16	UNIDADE	18	Modelo de Válvula: TR 220; Medida: 1400 R24; ARO 24; Modelo de bico: Bico metal, pequeno, fíco; 3 anos de garantia contra defeitos de fabricação
47	CÂMARA DE AR 19.5L-24	UNIDADE	20	Especificação: Tamanho: 19.5-24; Válvula: TR218A
49	PNEU 225/65 R 17	UNIDADE	20	Especificação: Pneu de veículo automotivo - Pneu Radial 225/65R17 Automóvel. Medida: 225/75 radial; aro: 16 c tipo: sem câmara; índice de carga não inferior a "118/116r" (1.320 kg) e índice de velocidade maior ou igual "r" (170 km/h) etiquetas dos pneus de acordo com inmetro; aderência no molhado - máximo (c) resistência ao rolamento - máximo (e) ruído externo - máximo (73db).
50	PNEU 215/60 R 17	UNIDADE	50	pneumático para caminhão, ônibus e seus rebocados; dimensões 1.000 r20, p/roda direcional; construção radial liso; aro 20; IC 148/144; índice de carga (3150/2800 kg); índice de velocidade 1 (120 km/h), profundidade dos sulcos 12,9 mm diâmetro externo 1052, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
51	PNEU 20.5-25	UNIDADE	8	medida: 20.5-25; Aro: 25; diâmetro total: 1447.8 mm; tipo de construção: diagonal; tipo de montagem: sem câmara; Quantidade de lonas: 20
52	PNEU 12.4-24	UNIDADE	8	Especificação: Pneu trator rodas tração, largura seção pneu: 12,40 pol., diâmetro nominal aro: 24 Pol, quantidade lonas: 6 um; tipo de estrutura: carcaça diagonal, largura seção: 315 mm, características adicionais: com câmara.
53	PNEU 175/70 r 13	UNIDADE	20	pneumático para automóvel leve, normal, dimensões 175/70 R 13, aro 13, capacidade de carga mínima de IC 82T, largura de secção mínima de 175mm, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
54	CÂMARA DE AR 12.16.5	UNIDADE	12	A Câmara Ar 12-16.5 Tr15 Flexen é feita de borracha de alta qualidade, garantindo resistência e durabilidade. Com um peso de 1,822 kg, é leve o suficiente para ser facilmente manuseada e instalada. As suas dimensões são 27x27x41, tornando-a compacta e fácil de armazenar quando não está em uso
55	CÂMARA DE AR 12.5 80/18	UNIDADE	12	modelo 12.5 80-18, aro 18, tipo de veículo carro/caminhonete, largura do pneu compatível 1.50 - 2.20, material borracha.
56	CÂMARA DE AR 20.5-25	UNIDADE	12	modelo: câmara de ar para carregadeira, aro:25, largura do pneu compratível : - 20.5R25; 20.5-25, Tipo do câmara do pneu:TRJ1175C, material do pneu: borracha .
57	CÂMARA DE AR 12.4-24	UNIDADE	4	modelo: Tr218A, aro:24, largura do pneu compatível: 12.4, tipo de câmara do pneu: diagonal, material: borracha.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

58	CAMARA DE AR 18.4-30	UNIDADE	4	modelo:18.4 R30 aro:30, largura do pneu compativel: 1.50" - 2.20, material da camara do pneu: Borracha .
59	CAMARA DE AR 7.50-16	UNIDADE	30	modelo:7.50-16 aro: 16, material do pneu: borracha

1.1 Realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento (*menor preço por item*), na hipótese do art.6º, inciso XLI, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.2 O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas)

A Administração preocupou-se em realizar um procedimento com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade.

Faz-se necessário um processo licitatório para a aquisição de pneus e câmara de ar para atender a frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Lajinha. Não sendo conveniente que a prestação do serviço seja de forma parcelada como consta a justificativa no item 8 do Estudo Técnico Preliminar.

A contratação se faz necessário pelo desgaste dos pneus devido ao uso dos veículos em operações rurais e urbanas da fiscalização trabalhista, das rotinas administrativas, bem como expiração da garantia/validade do fabricante, pondo em risco a segurança dos motoristas e passageiros.

Desta forma, não serão aceitas propostas com materiais de qualidade duvidosa, sem certificação do inmetro, em desconformidade com as especificações solicitadas.

A aquisição desses materiais é uma necessidade essencial para manter a frota de veículos em pleno funcionamento e garantir a prestação de serviços públicos eficientes aos cidadãos de Lajinha-MG

Realizará **Pregão Eletrônico**, para aquisição de pneus e câmaras de ar conforme as especificações mínimas indicadas na tabela acima para atender a demanda da Secretaria Municipal de Transporte, com critério de julgamento de menor preço ou maior desconto, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14/133 de 1º de abril de 2021.

2.1 O critério de julgamento adotado será o menor preço item, observadas as exigências contidas no Documento de Formalização de Demanda - DFD quanto às especificações do objeto.

2.2 O ingresso do fornecedor na disputa do Pregão eletrônico ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial.

2.3 O fornecedor interessado, após a divulgação do edital de Pregão Eletrônico, encaminhará, exclusivamente por meio do Portal Compras Br, com endereço eletrônico "<https://comprasbr.com.br/>", a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Assim, sugere-se a formalização de processo de pregão eletrônico para a execução do objeto acima especificado, sob o critério de julgamento de menor valor item, visando ao atendimento dos princípios da economicidade e preservando a competitividade, lembrando que a economia de escala está sendo levada em consideração, consoante assevera o art. 18, VII c/c art. 23. da Lei Federal nº 14.133/2021, prevalecendo, portanto, no presente caso, a economicidade como interesse da Administração.

Dessa forma, diante de uma necessidade imediata, que exige um agir firme da Administração, no sentido de garantir a nova gestão os Princípios Constitucionais que norteiam a Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade Administrativa, Publicidade, Eficiência; bem como os princípios trazidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 5º, torna-se imprescindível a contratação de empresa, na forma estabelecida na proposta descrita no item estimativas de quantidades, com fundamento legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Diante disso, em razão da necessidade de atendimento, sugerimos, após a formalização da fase preparatória do procedimento, a divulgação do edital de Pregão Eletrônico em sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Lajinha, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Deste modo, o município ainda não apresenta o Plano Anual de Contratação de 2024, mas já prevê para o ano de 2025.

Fundamentação Legal: conforme Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133, é importante ressaltar que a ausência de um plano de contratações anual no município de Lajinha se deve a uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento. Embora a legislação (Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133) estabeleça a obrigatoriedade de um plano de contratações anual, é necessário considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária. Um dos principais fatores que contribuíram para a falta do plano de contratações anual foi a escassez de técnicos disponíveis para a elaboração do referido plano.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução da proposta é a aquisição de pneus novos e câmaras de ar e acessórios, para os veículos, máquinas e tratores da frota do Município de Lajinha, para garantir a segurança dos usuários e motoristas que utilizam os veículos de maneira que atendam padrões recomendados pelas montadoras, que tenham procedência, que estejam dentro dos parâmetros recomendados constantes no manual do fabricante dos respectivos veículos da frota municipal, bem assim da manutenção preventiva estabelecidas pelo INMETRO.

Sugerimos a adoção da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema Registro de Preços por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto que não possibilita definir previamente o quantitativo demandado durante a vigência do contrato.

Ante o exposto, a aquisição de pneus novos, câmaras de ar e anel de vedação para os veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal de Lajinha, é necessária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos pela Secretaria de Transportes, setor demandante, com



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento.

Registre-se que, a especificação técnica do objeto será tratado no item 4.2 deste ETP, de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

Diante da natureza e das peculiaridades do objeto NÃO haverá exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A aquisição dos itens deverá ser feita através de Contrato, a qual terá vigência de 12 meses a contar da data de homologação.

4.2 Para que o objetivo possa ser alcançado é necessário que as empresas participantes atendam os requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo, bem como atendam além de cumprirem com os compromissos firmados no contrato durante a vigência do mesmo.

4.3 Os produtos deverão obedecer às normas brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em conformidade com as edições mais recentes, ANVISA e INMETRO, no que couber, e as demais normas previstas na legislação vigente pertinente ao objeto.

4.4 Os pneus, câmaras de ar e acessórios deverão ser de 1ª (primeira) linha e 1ª (primeira) qualidade.

4.5 Somente serão aceitos pneus novos, não podendo ser: recapados, recauchutados, ressolados ou remodelados.

4.6 Os pneus deverão atender aos termos, diretrizes e critérios estabelecidos pelo INMETRO.

5. MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

O prazo de execução do(s) serviços(s) começará a fluir a partir do (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) Prefeitura.

Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

5.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Entregue no Almoxarifado da Prefeitura na Av. Antônio Florêncio Alvim, nº 754, bairro Novo Horizonte na Cidade de Lajinha/MG;

5.2 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os itens previstos no Item 1;

5.3 Especificação Garantida dos Serviços (Art. 40, § 1º inciso III da Lei nº 14.133 de 2021);

5.4 Prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO RECEBIMENTO

O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

6.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

6.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3 O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou matérias empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.4 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.5 Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos itens, com base nas documentações apresentadas, quando for o caso;

6.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.8 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão

6.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.10 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.12 Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente for exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

6.13 O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra forma simples, quando forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.

7. DA SUSTENTABILIDADE

7.1 A contratada deverá observar e cumprir a legislação ambiental, pertinente ao objeto da licitação, na utilização, no transporte e no descarte dos produtos utilizados na execução contratual.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

7.2 Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos, no que couber:

I - os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2;

II - sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - os bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão)

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6 Ante o exposto, fica designado para as funções de Gerente de Contratos e Fiscais de Contratos, conforme Portaria nº 110/2024, os seguintes agentes públicos:

Gerentes de Contratos:	Fiscais de Contrato:
Geli Eber da Silva	Armanda Raquel de Freitas Silva



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Izabel Silva Freitas Alvim	Karolayne Souza Rodrigues
Willian Douglas Vale Cândido	Sammy Oliveira Souza Reis

8.7 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do objeto para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.8 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

8.9 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.10 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.11 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.13 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.14 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

9.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da

9.4 regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação relativa à regularidade fiscal e



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

trabalhista.

9.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado,

9.6 deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.15 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo

9.16 por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.18 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial,



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR ITEM].

10.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do edital de Pregão Eletrônico.

10.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital de Pregão Eletrônico.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

11.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

11.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.11. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica.

11.12. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação - Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 825.949,00 (oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação será custeada através de recursos próprios e federal do município de Lajinha, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2024, com a seguinte rubrica orçamentária:

- 0201.0412200022007.339030.00 - Ficha 22
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0201.0618100582014.339030.00 - Ficha 47
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0201.0618100712015.339030.00 - Ficha 54
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0204.0412300592024.339030.00 - Ficha 143
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0206.1211220042040.339030.00 - Ficha 179
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- Fonte: 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Educação)
- 0206.1236100332055.339030.00 - Ficha 259



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Fonte: 15000000000 - Transferência Salário -
Educação0206.1236100342062.339030.00 - Ficha 283
Fonte: 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Educação)
0207.1012200042082.339030.00 - Ficha 370
Fonte: 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde)
0207.1030105082094.339030.00 - Ficha 437
Fonte: 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde)
0207.1030505212519.339030.00 - Ficha 565
Fonte: 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde)
0214.1236100342063.339030.00 - Ficha 601
Fonte: 15400000000 - Transferência do FUNDEB (30%)
0215.0824300632137.339030.00 - Ficha 644
Fonte: 16600000000 - Transf. Do Fundo Nacional Assistência Social
0215.0824400372196.339030.00 - 672
Fonte: 16600000000 - Transf. Do Fundo Nacional Assistência Social
Fonte: 16610000000 - Transf. Do Fundo Estadual Assistência Social
0216.10301050822107.339030.00 - 705
Fonte: 16000000000 - Transf. Do SUS Proveniente do Gov. Federal

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(19/07/2024-SMT)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Unidade Administrativa de Origem:	Secretaria Municipal de Transportes
Titular do Cargo:	Luiz Cláudio Ferreira
Cargo:	Secretário
Ato de Nomeação:	Portaria nº 158/2021 de 01 de março de 2021
Descrição Resumida do Objeto:	Contratação de empresa para fornecimentos de pneus e câmara de ar para atender a frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Lajinha.
Modalidade:	Pregão Eletrônico na modalidade Sistema Registro de Preços
Período de Vigência do Contrato Administrativo:	01 (um) ano.
Legislação Aplicável:	Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessário pelo desgaste dos pneus devido ao uso dos veículos em operações rurais e urbanas da fiscalização trabalhista, das rotinas administrativas, bem como expiração da garantia/validade do fabricante, pondo em risco a segurança dos motoristas e passageiros.

Desta forma, não serão aceitas propostas com materiais de qualidade duvidosa, sem certificação do inmetro, em desconformidade com as especificações solicitadas.

A aquisição desses materiais é uma necessidade essencial para manter a frota de veículos em pleno funcionamento e garantir a prestação de serviços públicos eficientes aos cidadãos de Lajinha-MG

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Considerando o Art. 191º da Lei nº 14.133/21, o qual assegura que até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do Art. 193º, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Ademais, esta contratação começará a ter vigência em 2024 com término em 2024, ao término do exercício caso excepcionalmente houver saldo, haverá possibilidade de adquirir aditivo, desta forma a Administração Pública do município de Lajinha-MG ainda está considerando o artigo apresentado acima.

Deste modo, o município ainda não apresenta o Plano Anual de Contratação de 2024, mas já prevê para o ano de 2025.



MUNICÍPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Fundamentação Legal: conforme Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133. É importante ressaltar que a ausência de um plano de contratações anual no município de Lajinha se deve a uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento. Embora a legislação (Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133) estabeleça a obrigatoriedade de um plano de contratações anual, é necessário considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária. Um dos principais fatores que contribuíram para a falta do plano de contratações anual foi a escassez de técnicos disponíveis para a elaboração do referido plano.

Entretanto, é importante ressaltar que o município está tomando medidas para resolver essa situação. O município já iniciou um estudo para possível contratação de empresa de consultoria especializada em elaboração do Plano de contratação anual com o objetivo de obter suporte técnico e fomento para a criação do plano de contratações anual. Essa iniciativa demonstra o compromisso da administração municipal em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.1 Englobar o fornecimento de pneus de alta qualidade em com a descrição compatível de cada item para o bom funcionamento da frota.

3.2 Os pneus deverão obedecer em todas as fases, as especificações técnicas.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades fora levantada, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

I. Necessidade de manutenção de acordo com a quantidade de veículos da frota;

II. Previsão de número total de veículos, máquinas e motocicletas.

Além disso, para estimar a quantidade necessária foram utilizadas as séries históricas de aquisições de anos anteriores e quantitativo como parâmetro para o cálculo nessa aquisição.

Por se tratar de Registro de Preços, não se obriga a contratante a cumprir os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues pela fornecedora e aceitos pela fiscalização.

Todos os cálculos foram feitos pelo responsável técnico (RT) da Secretaria Municipal de Transporte de acordo com as informações do Secretário do respectivo órgão. Ademais, apresentamos o quantitativo remanescente dos contratos anteriores.

4.1 Memória de cálculo de quantidade do contrato com o mesmo objeto deste estudo no ano de 2023 para atender a frota de veículos conforme tabela abaixo:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTIDADES			
CONTRATO ANTERIOR CELEBRADO PELA ADMINISTRAÇÃO NO EXERCÍCIO 2023			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000009/2023- PROCESSO 001424/2023			
Item	Especificação	Unidade	Quant.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

00001	PNEU 205/60 R 16	UN	24
00002	PNEU 205/70 R 15	UN	04
00003	PNEU 225/75 R 16	UN	16
00004	PNEU 215/65 R 16	UN	64
00005	PNEU 205/55 R 16	UN	08
00006	PNEU 195/55 R 16	UN	12
00007	PNEU 165/70 ARO 13	UN	12
00008	PNEU 175/70 R 14 - índice de carga: mínimo 88 a 92; - índice de velocidade: mínimo 190 km/h; - aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 560kg.	UN	100
00009	PNEU 195/65 R 15	UN	20
00010	PNEU 195/55 R 15 - índice de carga: mínimo 85 a 92; - índice de velocidade: mínimo 190 km/h; - aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 560kg.	UN	8
00011	PNEU 175/70 R 13 - índice de carga: mínimo 82; - índice de velocidade: mínimo 190 km/h; - aderência molhado: a até d; - carga máxima: mínimo 420kg.	UN	20
00012	PNEU 175/65 R 14	UN	32
00013	PNEU 185/70 R 14 - índice de carga: mínimo 88 a 92; - índice de velocidade: mínimo 190 km/h; - aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 560kg. - tipo: carga radial.	UN	8
00014	PNEU 215/75 17.5 C LISO - índice de carga: mínimo 126; - índice de velocidade: mínimo 120 km/h; - aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 1.700kg. - quantidade de lona: 12 a 16; - tipo: carga radial.	UN	6
00015	PNEU 215/75 17.5 C BORRACHUDO - índice de carga: mínimo 126; - índice de velocidade: mínimo 120 km/h; - aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 1.700kg. - quantidade de lona: 12 a 16; - tipo: carga radial.	UN	8
00016	PNEU 275/80 R 22.5 RADIAL BORRACHUDO	UN	68
00017	PNEU 275/80 R 22.5 RADIAL LISO	UN	34
00018	PNEU 7.50/16 C BORRACHUDO	UN	12
00019	PNEU 7.50/16 R LISO	UN	6
00020	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO	UN	12
00021	PNEU 1000/20 C LISO	UN	6
00022	PNEU 1000/20 R BORRACHUDO	UN	16
00023	PNEU 1000/20 R LISO	UN	4
00024	PNEU 215/75 R 17.5 R BORRACHUDO	UN	8
00025	PNEU 80/100 R 18	UN	8
00026	PNEU 90/90 R 18	UN	8
00027	PNEU 20.5-25	UN	8
00028	PNEU 25.5-25	UN	12
00029	PNEU 14.0X24-16 PR G2	UN	12
00030	PNEU 19.5-24	UN	02
00031	PNEU 12-16.5	UN	02
00032	PNEU 19.5L-24	UN	02
00033	PNEU 12.5L-80-18	UN	02
00034	PNEU 18.4-30	UN	04
00035	PNEU 12.4-24	UN	04
00036	PNEU 205/75 R 16 - índice de carga: mínimo 116; - índice de velocidade: mínimo 150 km/h; - aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 1.200kg. - tipo: carga radial; - quantidade de lona: 8 a 10;	UN	08
00037	PNEU 215/75 R 16 - índice de carga: mínimo 116; - índice de velocidade: mínimo 150 km/h;	UN	40



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

	- aderência molhado: a até c; - carga máxima: mínimo 1.200kg. - quantidade de lona: 8 a 10;		
00038	PNEU 185/65 R 15	UN	40
00039	PNEU 215/70 R 16	UN	16
00040	PNEU 225/65 R 16	UN	08
00041	PROTETOR 7,5/16	UN	20
00042	CÂMARA DE AR 7,5/16	UN	20
00043	PROTETOR 1000/20	UN	30
00044	CÂMARA DE AR 1000/20	UN	30
00045	CÂMARA DE AR 14.0x24-16	UN	12
00046	ANEL DE VEDAÇÃO 14.0X24-16	UN	12
00047	CÂMARA DE AR 80/100 R 18	UN	10
00048	CÂMARA DE AR 90/90 R 18	UN	10
00049	CÂMARA DE AR 19.5L-24	UN	08
00050	CÂMARA DE AR 12.5L-80-18	UN	08

4.2 Através da Memória de cálculo o responsável Técnico calculou a estimativa de quantidades com base somente na necessidade da demanda da Secretaria Municipal de Transporte conforme tabela abaixo:

Nº	ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	PNEU 215/75 17.5 C LISO	UNIDADE	30	Índice de carga:mínimo 126; índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a até c;carga máxima mínimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
02	PNEU 215/75 17.5 C BORRACHUDO	UNIDADE	10	Índice de carga:mínimo 126; índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a até c;carga máxima mínimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
03	PNEU 275/80 R 22.5 BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	68	PNEU 275/80R22,5, PRO D BORRACHUDO: Especificação: Pneu 275/80r 22,5 radial borrachudo com banda de rodagem na largura de 230 mm. com banda par pneus radiais aplicados em eixos de tração para veículos que rodam em baixa a média velocidade e em percursos mistos de asfalto e terra; 16 lonas cr/app ibama. fabricante/revendedor; data de fabricação não superior a 12 meses.
04	PNEU 275/80 R 22.5 LISO RADIAL	UNIDADE	34	PNEU 275/80R22,5 PRO S LISO: Especificação: pneu 275/80r 22,5 radial liso com banda de rodagem na largura de 230 mm. Com banda para pneus radiais aplicados em eixos livres e direcionais para veículos que rodam em baixa a média velocidade em percursos mistos de asfalto e terra. 16 lonas. cr/app - ibama. obs - fabricante/revendedor. certificado inmetro. data de fabricação não superior a 12 meses.
05	PNEU 1000/20 C LISO RADIAL	UNIDADE	10	PNEU 10.00X20 AT 65 LISO - Especificação: Pneu 12 R 16,5, índice de carga 44, índice de velocidade a7, profundidade de sulcos no mínimo de 20 mm, 10 lonas, código de aplicação: L - 3.
06	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	20	PNEU 10.00X20 AT 59 BORRACHUDO - Especificação: pneu 10.00x20 at 59 borrachudo - pneu trator rodas tração, largura seção pneu 10,50 pol, diâmetro nominal aro 20 pol, quantidade lonas 10 um. Tipo estrutura carcaça diagonal, largura seção 276 mm, características adicionais com câmara.
07	PNEU 215/75 R 17.5 R BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	30	Pneu 215/75 R 17,5 borrachudo, com 12 lonas, com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
08	PNEU 205/75 R 16	UNIDADE	16	índice de carga: mínimo 116 índice de velocidade : mínimo 150km/h; aderência molhado: a ate c; carga maxima: mínimo 1.200kg lona 8 a 10
09	PNEU 205/50 R 17	UNIDADE	12	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA NÁILON\, MATERIAL TALÃO:AÇO\,



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, MATERIAL FLANCOS:MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, DIMENSÕES:205/50 R17
10	PNEU 195/55 R 15	UNIDADE	50	índice de carga: mínimo 85 a 92 -índice de velocidade : mínimo 190 km/h; -aderência molhado: a ate c; -carga máxima: mínimo 560kg
11	PNEU 25.5-25	UNIDADE	12	PNEU 25.5 X 25; Lonagem: 20 lonas; Aro:25; Construção: Diagonal; Tipo: sem câmara; Aplicação: Terra; Tipo de desenho: Simétrico
12	PNEU 14.0X24-16 PR G2	UNIDADE	16	PNEU 14.00-24 TG OU 13.00-24 G2 - Especificação: pneumático para máquinas fora de estrada - pneu para retroescavadeira jbc na medida 17/5/25
13	PNEU 19.5-24	UNIDADE	8	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
14	PNEU 12-16.5	UNIDADE	6	PNEU 12X16.5 - Especificação: pneu 12x16,5, borrachudo, aro 16.5, mínimo 12 lonas. Certificado pelo inmetro e no ibama. Garantia mínima de 5 anos contra defeito de fabricação. Aplicação mini pá carregadeira nh 1218.
15	PNEU 19.5L-24	UNIDADE	4	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
16	PNEU 12.5L - 80-18	UNIDADE	4	PNEU 15.5 X 80 X 18: 12 lonas R 4, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
17	PNEU 18.4-30	UNIDADE	4	PNEU 18.4-30 - Especificação: pneu trator rodas tração - 18,40 pol, diâmetro nominal aro 30 pol, quantidade lonas 12 um, características adicionais sem câmara. Novo primeira linha, não recauchutado, com certificado do inmetro.
18	PROTETOR 7.5/16	UNIDADE	30	Protetor para câmaras de ar; Dimensões: 7.50-16; aro 16
19	PROTETOR 1000/20	UNIDADE	30	Protetor aro 20 para câmaras de ar 1000-20 / 900-20; Aro 20
20	CAMARA DE AR 1000/20	UNIDADE	30	Especificação: Tamanho: 10.00R20; Modelo: Radial v3-04-5; Quantidade: X8; Uso: caminhão e ônibus
21	CAMARA DE AR 80/100 R 18	UNIDADE	10	Peso aproximado: 432 g; Medida de pneu compatível: 100/80-18; Aro 18; Bico curvado; Válvula: TR-4
22	CAMARA DE AR 90/90 R 18	UNIDADE	10	Medidas: Compatíveis: 90/90-18; Aro:18; Válvula TR4; Material: borracha
23	CAMARA DE AR 12.5L-80-18	UNIDADE	10	Medida: 12.5/80-18; Válvula: TR218A; Aro: 18
24	PNEU 185/70 R 14	UNIDADE	10	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderência molhado: a ate c - carga máxima:mínimo 560kg
25	PNEU 80/100 R 18	UNIDADE	10	Pneu 80/100-18 City: Índice de carga: 47; índice de velocidade: S; Tipo de montagem: Sem câmara; A largura da seção é de 8mm; Possui diâmetro de 18"; A relação entre altura e largura é de 100; Mantém a estabilidade em pisos molhados; Apto para motos
26	PNEU 90/90 R 18	UNIDADE	10	PNEU 90/90-18 SUPER CITY - Especificação: Pneu novo para motocicleta medidas: 90 x 90 x 18 (largura x perfil x aro). Índice de carga 48. índice de velocidade: T.
27	ANEL DE VEDAÇÃO 14.0X24-16	UNIDADE	12	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PNEUS - OR 88 T Sobre o produto:



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				Medida: OR 88 T Características: Utilizado em pá carregadeira, patrol motoniveladora 1400-24 Medidas de pneus: 9.00.24 10.00.24 12.00.24 13.00.24 14.00.24 16.00.24
28	PNEU 205/60 R 16	UNIDADE	24	Especificação: Índice de carga: 92 (630kg) Diâmetro: 652 mm; largura: 205 mm; índice de velocidade: H (210 Km/h); talas compatíveis: 6 a 7.5; Sulco: 9mm; Aderência: A; sem câmara
29	PNEU 205/70 R 15	UNIDADE	4	pneumático para utilitário, dimensões 205/70 R15c; construção radial; reforçado, aro 15, IC 106/104, cod. Vel. "r", novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
30	PNEU 225/75 R 16	UNIDADE	40	radial liso com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
31	PNEU 215/65 R 16	UNIDADE	64	Pneu 215 / 65 R16 com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
32	PNEU 205/55 R 16	UNIDADE	8	pneumático para utilitário, dimensões 205/55 R16, construção radial, aro 16, largura de secção mínima de 205mm, diâmetro externo mínimo de 632 mm, índice de carga 91 - 615kg; índice de velocidade t, novo (primeira vida), com certificação do INMETRO.
33	PNEU 195/55 R 16	UNIDADE	20	Dimensões: 195/55 R16; Diâmetro total: 620.9 mm; Aro 16; Tipo de construção: Radial; Índice de peso 87 - 545kg; índice de velocidade: V - 24km/h; Peso: 7.76; Tração A; com selo do INMETRO; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
34	PNEU 165/70 ARO 13	UNIDADE	12	Dimensões: 165/70R13; largura 165 mm; Aro 13; diâmetro total 561,2 mm; índice de peso: 83 - 487kg; índice de velocidade T - 190km/h; Tipo de construção: Radial;
35	PNEU 175/70 R 14	UNIDADE	120	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderência molhado: a ate c - carga máxima:mínimo 560kg
36	PNEU 195/65 R 15	UNIDADE	30	Dimensões: 195/65R15; Largura: 195 mm; Aro: 15; Diâmetro total: 634,5 mm; índice de peso: 91 - 615kg; índice de velocidade: H - 210 km/h; Tipo de construção: Radial; Peso 8.77; Tração: A; Temperatura: A; Garantia: 5 anos contra defeito de fabricação.
37	PNEU 175/65 R 14	UNIDADE	32	PNEU 175/65R14 ENERGY - Especificação: Medida: 175/65R14; Aro: 14; Diâmetro total: 583.1mm; Índice de peso: 86 - 530kg; Índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro do inmetro; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação
38	PNEU 7.50/16 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	24	Dimensões: 7.50R16; Largura 7.50"; Perfil: 50"; Aro: 16; Diâmetro total: 711.2 mm; índice de peso: 122 - 1500kg, 118 - 1320 kg, 122/118; índice de velocidade: M - 130 Km/h; tipo de construção: Radial; Quantidade de lonas: 14; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação; selo do INMETRO



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

39	PNEU 7.50/16 R LISO RADIAL	UNIDADE	20	Aro: 16; índice de peso (por pneu): 122 - 1500kg; índice de peso (rodado duplo): 118 - 1320kg; índice de velocidade: K - 110 km/h; uso com câmaras
40	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	12	Pneu 1000 R 20 14 lonas radial borrachudo min 20,3 mm de prof.(misto para estrada de chão e asfalto) com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
41	PNEU 215/75 R 16	UNIDADE	40	índice de carga:mínimo 116 - índice de velocidade; mínimo 150km/h -aderência molhado: a ate c -carga maxima: mínimo 1.200kg - quantidade de lona 8 a 10
42	PNEU 185/65 R 15	UNIDADE	48	Pneu 185/65 R15: pneumático para automóvel leve; medida 185/65 R15, aro 15, largura 185mm perfil 65% índice de carga 88 (560 kg) índice de velocidade h (210 km/h) estrutura radial; com certificação compulsória INMETRO.
43	PNEU 215/70 R 16	UNIDADE	24	215/700R16; Largura: 215 mm; Aro: 16; Diâmetro totam: 707.4 mm; índice de peso: 100 - 800 kg; índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Tração: A; garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
44	PNEU 225/65 R 16	UNIDADE	30	225/65R16; Largura: 225 mm; Aro: 16; Diâmetro: 698,9 mm; índice de peso: 112-1120 kg; índice de velocidade: R - 170 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro Inmetro; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
45	CAMARA DE AR 7.5/16	UNIDADE	40	Câmara de ar para pneu; Utilização: câmara de ar utilizada em pneus de veículos leves; Aplicação: 7.50 x 16 / 7.00 x 16; Outros: Válvula fixa de borracha; Garantia de 3 anos contra defeito de fabricação.
46	CAMARA DE AR 14.0X24-16	UNIDADE	18	Modelo de Válvula: TR 220; Medida: 1400 R24; ARO 24; Modelo de bico: Bico metal, pequeno, fíco; 3 anos de garantia contra defeitos de fabricação
47	CAMARA DE AR 19.5L -24	UNIDADE	20	Especificação: Tamanho: 19.5-24; Válvula: TR218A
49	PNEU 225/65 R 17	UNIDADE	20	Especificação: Pneu de veículo automotivo - Pneu Radial 225/65R17 Automóvel. Medida: 225/75 radial; aro: 16 c tipo: sem câmara; índice de carga não inferior a "118/116r" (1.320 kg) e índice de velocidade maior ou igual "r" (170 km/h) etiquetas dos pneus de acordo com inmetro; aderência no molhado - máximo (c) resistência ao rolamento - máximo (e) ruído externo - máximo (73db).
50	PNEU 215/60 R 17	UNIDADE	50	pneumático para caminhão, ônibus e seus rebocados; dimensões 1.000 r20, p/roda direcional; construção radial liso; aro 20; IC 148/144; índice de carga (3150/2800 kg); índice de velocidade 1 (120 km/h), profundidade dos sulcos 12,9 mm diâmetro externo 1052, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
51	PNEU 20.5-25	UNIDADE	8	medida: 20.5-25; Aro: 25; diâmetro total: 1447.8 mm; tipo de construção: diagonal; tipo de montagem: sem câmara; Quantidade de lonas: 20
52	PNEU 12.4-24	UNIDADE	8	Especificação: Pneu trator rodas tração, largura seção pneu: 12,40 pol., diâmetro nominal aro: 24 Pol, quantidade lonas: 6 um; tipo de estrutura: carcaça diagonal, largura seção: 315 mm, características adicionais: com câmara.
53	PNEU 175/70 r 13	UNIDADE	20	pneumático para automóvel leve, normal, dimensões 175/70 R 13, aro 13, capacidade de carga mínima de IC 82T, largura de



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				seção mínima de 175mm, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
54	CAMARA DE AR 12.16.5	UNIDADE	12	A Câmara Ar 12-16.5 Tr15 Flexen é feita de borracha de alta qualidade, garantindo resistência e durabilidade. Com um peso de 1,822 kg, é leve o suficiente para ser facilmente manuseada e instalada. As suas dimensões são 27x27x41, tornando-a compacta e fácil de armazenar quando não está em uso
55	CAMARA DE AR 12.5 80/18	UNIDADE	12	modelo 12.5 80-18, aro 18, tipo de veículo carro/caminhonete, largura do pneu compatível 1.50 - 2.20 , material borracha.
56	CAMARA DE AR 20.5-25	UNIDADE	12	modelo: camara de ar para carregadeira, aro:25, largura do pneu compatível : - 20.5R25; 20.5-25, Tipo do câmara do pneu:TRJ1175C, material do pneu: borracha .
57	CAMARA DE AR 12.4-24	UNIDADE	4	modelo: Tr218A, aro:24, largura do pneu compatível: 12.4, tipo de camara do pneu: diagonal, material: borracha.
58	CAMARA DE AR 18.4-30	UNIDADE	4	modelo:18.4 R30 aro:30, largura do pneu compatível: 1.50" - 2.20, material da camara do pneu: Borracha .
59	CAMARA DE AR 7.50-16	UNIDADE	30	modelo:7.50-16 aro: 16, material do pneu: borracha

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Após levantamento, não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a aquisição na forma descrita neste estudo. Para a contratação em tela

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

Logo, a aquisição dos objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição anual por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA DEMANDA

No âmbito das aquisições públicas, a pesquisa de preços possui como uma das principais finalidades, estimar o custo do objeto para fins de análise quanto à existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa com a contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas.

Fundamenta-se ainda no art. 29 e seus incisos do Decreto Municipal nº 009/2023 , que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens contratação de serviços em geral, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o tema.

Com base nos normativos supracitados, tentou-se obter os preços praticados em contratações similares de outros entes públicos através da ferramenta Banco de Preços. Foi dada a preferência por certames realizados em órgãos e entidades de toda esfera da administração pública, tanto municipal, quanto estadual e entidades



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

governamentais, localizados em todo o território nacional, visando obter valores condizentes com a realidade local, minimizando as distorções. Foram considerados também os valores obtidos através da realização de certames na modalidade pregão eletrônico, considerando também excepcionalmente valores obtidos em processos de dispensa de licitação.

Para a grande maioria dos itens, foram encontrados pelo menos 03 (três) valores válidos, dos quais foram desconsiderados os valores máximos e mínimos. Dos valores restantes, foi calculada com base na mediana, valor este que foi definido como valor máximo por item a ser aceito pela Administração. O resultado da pesquisa encontra-se detalhado no quadro abaixo e Relatório das plataformas anexos a pesquisa:

A estimativa prévia de valor foi calculada com base nos valores obtidos na plataforma Banco de Preços com endereço eletrônico www.bancodeprecos.com.br "conforme relatórios em anexo a esta pesquisa de Preços, analisando o valor unitário de cada item conforme tabela abaixo e o valor total de acordo com a quantidade de cada item.

A estimativa do valor total da contratação é em torno de R\$ 825.949,00 (oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais).

O Relatório detalhado da Pesquisa de Preços e Mapas Comparativos de Preços encontra-se em anexo no Relatório de Pesquisa de Preços com código de validação, de modo que a inclusão neste ETP seria redundante.

Essa contratação depende da conveniência e oportunidade da Administração, além da viabilidade técnica e orçamentária, podendo ser adquirida a cada pedido de fornecimento durante a vigência do contrato. A demanda prevista contempla o atendimento da necessidade atual, assim como a possibilidade de acréscimo para atender novas demandas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução da proposta é a aquisição de pneus novos e câmaras de ar e acessórios, para os veículos, máquinas e tratores da frota do Município de Lajinha, para garantir a segurança dos usuários e motoristas que utilizam os veículos de maneira que atendam padrões recomendados pelas montadoras, que tenham procedência, que estejam dentro dos parâmetros recomendados constantes no manual do fabricante dos respectivos veículos da frota municipal, bem assim da manutenção preventiva estabelecidas pelo INMETRO.

Sugerimos a adoção da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema Registro de Preços por estar evidenciada a necessidade de contratações frequentes e por se tratar de um objeto que não possibilita definir previamente o quantitativo demandado durante a vigência do contrato.

Ante o exposto, a aquisição de pneus novos, câmaras de ar e anel de vedação para os veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal de Lajinha, é necessária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos pela Secretaria de Transportes, setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento.

Registre-se que, a especificação técnica do objeto será tratado no item 4.2 deste ETP, de modo que sua inclusão aqui seria redundante.



MUNICÍPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Diante da natureza e das peculiaridades do objeto NÃO haverá exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

Em regra, conforme disposições estabelecidas no inciso V, alínea b, , do Art. 40º da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda não será parcelada, tendo em vista a comprovação técnica e econômica, não sendo viável o parcelamento de acordo com o que dispõe o Art. 40, §2º, §3º e incisos:

Art. 40. [...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Ante o exposto, o parcelamento não será adotado nos termos do art. 40 da Lei 14.133/2021, pois a presente contratação será por ITENS visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado, ampliação da competição com vistas à economicidade, considerando que o objeto é divisível.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Analisando o tipo e aquisição de itens verificamos que não será necessário nenhuma medida técnica e estrutural a ser tomada para o recebimento dos itens descritos dentro do objeto.

Destacamos também, que não será necessário a capacitação de servidores para receber os itens descritos dentro do objeto.

Diante disso de acordo com a Portaria Municipal nº 110/2024 que dispõe sobre a designação de agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as licitações públicas e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, e dá outras providências, instituindo a equipe de gestão e fiscalização de contrato.

Ante o exposto, fica designado para as funções de Gerente de Contratos e Fiscais de Contratos, conforme Portaria nº 110/2024, os seguintes agentes



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

públicos:

Gerentes de Contratos:	Fiscais de Contrato:
Geli Eber da Silva	Arminda Raquel de Freitas Silva
Izabel Silva Freitas Alvim	Karolayne Souza Rodrigues
Willian Douglas Vale Cândido	Sammy Oliveira Souza Reis

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se fazem necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

11. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade a eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Diante disso, pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

11.1 Manutenção: A eficácia do serviço e o atendimento de todas as demandas de manutenções, abastecimentos e higienização da frota municipal, contribuem para a qualidade do trabalho realizado.

11.2 Segurança: A manutenção dos veículos mostra comprometimento e responsabilidade da Administração em garantir a segurança dos servidores que operam os veículos e máquinas e cidadãos que utilizam o transporte público municipal. Isso contribui para aumentar a satisfação no trabalho e oferecer o serviço público de locomoção com qualidade.

11.3 Eficiência operacional: Assegura uma contratação que garanta a continuidade satisfatória e célere dos serviços públicos.

12. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica utilizados nos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Todavia, a **contratada** deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **contratante** acerca do funcionamento ou de características técnicas do objeto.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A compra e substituição de pneus podem ter vários impactos ambientais, tanto durante o ciclo de vida do produto quanto após o descarte. Alguns desses impactos incluem:

13.1 Emissões de Carbono: A fabricação de pneus requer energia e matérias-primas, o que pode resultar em emissões de carbono durante o processo. Além disso, o transporte de pneus do fabricante para o local de uso também gera emissões devido ao uso de combustíveis fósseis.

13.2 Uso de Recursos Naturais: A produção de pneus requer uma variedade de recursos naturais, incluindo borracha natural e sintética, metais, produtos químicos e petróleo. A extração e processamento desses recursos podem levar à degradação ambiental e ao esgotamento de recursos não renováveis.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

13.3 Poluição do Solo e da Água: O descarte inadequado de pneus usados pode resultar na poluição do solo e da água. Pneus descartados em aterros sanitários podem liberar substâncias químicas nocivas à medida que se decompõem, contaminando o solo e as águas subterrâneas. Além disso, pneus descartados incorretamente podem acumular água, criando locais propícios para a proliferação de mosquitos e doenças associadas.

13.4 Impactos na Biodiversidade: A extração de matérias-primas para a produção de pneus e o descarte inadequado de pneus usados podem afetar habitats naturais e ecossistemas, resultando em perda de biodiversidade e danos à fauna e flora locais.

13.5 Reciclagem e Reutilização Limitadas: Embora os pneus possam ser reciclados e reutilizados para diversos fins, incluindo a fabricação de asfalto, tapetes e solas de sapatos, muitos pneus ainda são descartados de maneira inadequada, resultando em desperdício de materiais valiosos e contribuindo para os problemas ambientais mencionados anteriormente.

Para mitigar esses impactos ambientais, é importante adotar práticas de compra responsável, como selecionar pneus fabricados com materiais sustentáveis e duráveis, promover a reciclagem e a reutilização de pneus usados, e garantir o descarte adequado por meio de programas de recolha e reciclagem de pneus.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conclui-se que presente ETP evidencia que a contratação da solução descrita acima mostra-se viável tecnicamente e necessária, uma vez que atende às necessidades técnicas, operacionais e financeiras da administração.

Em conformidade com os dados trazidos por este Estudo Técnico preliminar, o orçamento para o ano de 2024, o preço relativamente compatível dentro das cotações apresentadas, foi possível concluir-se pela viabilidade da contratação por meio do sistema de registro de preços, obedecendo as formalidades legais da Lei Federal nº 14.133/2021

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento do Estudo Técnico Preliminar aponta como viável a contratação considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a manifesta suficiência de fornecedores no mercado e, pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Lajinha/MG

Att: Agente de Contratação

Ref.:

Processo Administração nº 0023/2024

Dispensa nº 009/2024

Empresa: _____

Inscrita do CNPJ sob nº _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

Inscrito no CPF sob nº _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Do Objeto: Registro de Preço para futura, ventual e parcelada aquisição/fornecimento de pneus e câmaras de ar para atender a frota de veículos e máquinas do Município de Lajinha/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Nº	ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	PNEU 215/75 17.5 C LISO	UNIDADE	30	Índice de carga:mínimo 126: índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a até c;carga máxima mínimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
02	PNEU 215/75 17.5 C BORRACHUDO	UNIDADE	10	Índice de carga:mínimo 126: índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a até c;carga máxima mínimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
03	PNEU 275/80 R 22.5 BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	68	PNEU 275/80R22,5, PRO D BORRACHUDO: Especificação: Pneu 275/80r 22,5 radial borrachudo com banda de rodagem na largura de 230 mm. com banda par pneus radiais aplicados em eixos de tração para veículos que rodam em baixa a média velocidade e em percursos mistos de asfalto e terra; 16 lonas cr/app ibama. fabricante/revendedor; data de fabricação não superior a 12 meses.
04	PNEU 275/80 R 22.5 LISO RADIAL	UNIDADE	34	PNEU 275/80R22,5 PRO S LISO: Especificação: pneu 275/80r 22,5 radial liso com banda de rodagem na largura de 230 mm. Com banda para pneus radiais aplicados em eixos livres e direcionais para veículos que rodam em baixa a média velocidade em percursos mistos de asfalto e terra. 16 lonas. cr/app - ibama. obs - fabricante/revendedor. certificado inmetro. data de fabricação não superior a 12 meses.
05	PNEU 1000/20 C LISO RADIAL	UNIDADE	10	PNEU 10.00X20 AT 65 LISO - Especificação: Pneu 12 R 16,5, índice de carga 44, índice de velocidade a7, profundidade de sulcos no mínimo de 20 mm, 10



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				lonas, código de aplicação: L - 3.
06	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	20	PNEU 10.00X20 AT 59 BORRACHUDO - Especificação: pneu 10.00x20 at 59 borrachudo - pneu trator rodas tração, largura seção pneu 10,50 pol, diâmetro nominal aro 20 pol, quantidade lonas 10 um. Tipo estrutura carcaça diagonal, largura seção 276 mm, características adicionais com câmara.
07	PNEU 215/75 R 17.5 R BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	30	Pneu 215/75 R 17,5 borrachudo, com 12 lonas, com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
08	PNEU 205/75 R 16	UNIDADE	16	índice de carga: mínimo 116 índice de velocidade : mínimo 150km/h; aderência molhado: a ate c; carga máxima: mínimo 1.200kg lona 8 a 10
09	PNEU 205/50 R 17	UNIDADE	12	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA NÁILON\, MATERIAL TALÃO:AÇO\, MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, MATERIAL FLANCOS:MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, DIMENSÕES:205/50 R17
10	PNEU 195/55 R 15	UNIDADE	50	índice de carga: mínimo 85 a 92 -índice de velocidade : mínimo 190 km/h; -aderência molhado: a ate c; -carga máxima: mínimo 560kg
11	PNEU 25.5-25	UNIDADE	12	PNEU 25.5 X 25; Lonagem: 20 lonas; Aro:25; Construção: Diagonal; Tipo: sem câmara; Aplicação: Terra; Tipo de desenho: Simétrico
12	PNEU 14.0X24-16 PR G2	UNIDADE	16	PNEU 14.00-24 TG OU 13.00-24 G2 - Especificação: pneumático para máquinas fora de estrada - pneu para retroescavadeira jbc na medida 17/5/25
13	PNEU 19.5-24	UNIDADE	8	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
14	PNEU 12-16.5	UNIDADE	6	PNEU 12X16.5 - Especificação: pneu 12x16,5, borrachudo, aro 16.5, mínimo 12 lonas. Certificado pelo inmetro e no ibama. Garantia mínima de 5 anos contra defeito de fabricação. Aplicação mini pá carregadeira nh 1218.
15	PNEU 19.5L-24	UNIDADE	4	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
16	PNEU 12.5L - 80-18	UNIDADE	4	PNEU 15.5 X 80 X 18: 12 lonas R 4, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
17	PNEU 18.4-30	UNIDADE	4	PNEU 18.4-30 - Especificação: pneu trator rodas tração - 18,40 pol, diâmetro nominal aro 30 pol, quantidade lonas 12 um, características adicionais sem câmara. Novo primeira linha, não recauchutado, com certificado do inmetro.
18	PROTETOR 7.5/16	UNIDADE	30	Protetor para câmaras de ar; Dimensões: 7.50-16; aro 16
19	PROTETOR 1000/20	UNIDADE	30	Protetor aro 20 para câmaras de ar 1000-20 / 900-20; Aro 20
20	CAMARA DE AR 1000/20	UNIDADE	30	Especificação: Tamanho: 10.00R20; Modelo: Radial v3-04-5; Quantidade: X8; Uso: caminhão e ônibus
21	CAMARA DE AR 80/100 R 18	UNIDADE	10	Peso aproximado: 432 g; Medida de pneu compatível: 100/80-18; Aro 18; Bico curvado; Válvula: TR-4
22	CAMARA DE AR 90/90 R 18	UNIDADE	10	Medidas: Compatíveis: 90/90-18; Aro:18; Válvula TR4; Material: borracha
23	CAMARA DE AR 12.5L-80-18	UNIDADE	10	Medida: 12.5/80-18; Válvula: TR218A; Aro: 18
24	PNEU 185/70 R 14	UNIDADE	10	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderência molhado: a ate c - carga máxima:mínimo 560kg
25	PNEU 80/100 R 18	UNIDADE	10	Pneu 80/100-18 City: índice de carga: 47; índice de velocidade: S; Tipo de montagem: Sem câmara; A



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				largura da seção é de 8mm; Possui diâmetro de 18"; A relação entre altura e largura é de 100; Mantém a estabilidade em pisos molhados; Apto para motos
26	PNEU 90/90 R 18	UNIDADE	10	PNEU 90/90-18 SUPER CITY - Especificação: Pneu novo para motocicleta medidas: 90 x 90 x 18 (largura x perfil x aro). Índice de carga 48. índice de velocidade: T.
27	ANEL DE VEDAÇÃO 14.0X24-16	UNIDADE	12	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PNEUS - OR 88 T Sobre o produto: Medida: OR 88 T Características: Utilizado em pá carregadeira, patrol motoniveladora 1400-24 Medidas de pneus: 9.00.24-10.00.24-12.00.24-13.00.24-14.00.24-16.00.24
28	PNEU 205/60 R 16	UNIDADE	24	Especificação: Índice de carga: 92 (630kg) Diâmetro: 652 mm; largura: 205 mm; índice de velocidade: H (210 Km h); talas compatíveis: 6 a 7.5; Sulco: 9mm; Aderência: A; sem câmara
29	PNEU 205/70 R 15	UNIDADE	4	pneumático para utilitário, dimensões 205/70 R15c; construção radial; reforçado, aro 15, IC 106/104, cod. Vel. "r", novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
30	PNEU 225/75 R 16	UNIDADE	40	radial liso com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
31	PNEU 215/65 R 16	UNIDADE	64	Pneu 215 / 65 R16 com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
32	PNEU 205/55 R 16	UNIDADE	8	pneumático para utilitário, dimensões 205/55 R16, construção radial, aro 16, largura de seção mínima de 205mm, diâmetro externo mínimo de 632 mm, índice de carga 91 - 615kg; índice de velocidade t, novo (primeira vida), com certificação do INMETRO.
33	PNEU 195/55 R 16	UNIDADE	20	Dimensões: 195/55 R16; Diâmetro total: 620.9 mm; Aro 16; Tipo de construção: Radial; índice de peso 87 - 545kg; índice de velocidade: V - 24km/h; Peso: 7.76; Tração A; com selo do INMETRO; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
34	PNEU 165/70 ARO 13	UNIDADE	12	Dimensões: 165/70R13; largura 165 mm; Aro 13; diâmetro total 561,2 mm; índice de peso: 83 - 487kg; índice de velocidade T - 190km/h; Tipo de construção: Radial;
35	PNEU 175/70 R 14	UNIDADE	120	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderência molhado: a ate c - carga maxima:mínimo 560kg
36	PNEU 195/65 R 15	UNIDADE	30	Dimensões: 195/65R15; Largura: 195 mm; Aro: 15; Diâmetro total: 634,5 mm; índice de peso: 91 - 615kg; índice de velocidade: H - 210 km/h; Tipo de construção: Radial; Peso 8.77; Tração: A; Temperatura: A; Garantia: 5 anos contra defeito de fabricação.
37	PNEU 175/65 R 14	UNIDADE	32	PNEU 175/65R14 ENERGY - Especificação: Medida: 175/65R14; Aro: 14; Diâmetro total: 583.1mm; Índice de peso: 86 - 530kg; Índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro do inmetro; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação
38	PNEU 7.50/16 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	24	Dimensões: 7.50R16; Largura 7.50"; Perfil: 50"; Aro: 16; Diâmetro total: 711.2 mm; índice de peso: 122 - 1500kg, 118 - 1320 kg, 122/118; índice de velocidade: M - 130 Km/h; tipo de construção: Radial; Quantidade de lonas: 14; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação; selo do INMETRO
39	PNEU 7.50/16 R LISO RADIAL	UNIDADE	20	Aro: 16; índice de peso (por pneu): 122 - 1500kg; índice de peso (rodado duplo): 118 - 1320kg;



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				índice de velocidade: K - 110 km/h; uso com câmaras
40	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	12	Pneu 1000 R 20 14 lonas radial borrachudo min 20,3 mm de prof.(misto para estrada de chão e asfalto) com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
41	PNEU 215/75 R 16	UNIDADE	40	índice de carga:minimo 116 - índice de velocidade; minimo 150km/h -aderência molhado: a ate c -carga maxima: minimo 1.200kg - quantidade de lona 8 a 10
42	PNEU 185/65 R 15	UNIDADE	48	Pneu 185/65 R15: pneumático para automóvel leve; medida 185/65 R15, aro 15, largura 185mm perfil 65% índice de carga 88 (560 kg) índice de velocidade h (210 km/h) estrutura radial; com certificação compulsória INMETRO.
43	PNEU 215/70 R 16	UNIDADE	24	215/700R16; Largura: 215 mm; Aro: 16; Diâmetro totam: 707.4 mm; índice de peso: 100 - 800 kg; índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Tração: A; garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
44	PNEU 225/65 R 16	UNIDADE	30	225/65R16; Largura: 225 mm; Aro: 16; Diâmetro: 698,9 mm; índice de peso: 112-1120 kg; índice de velocidade: R - 170 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro Inmetro; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
45	CAMARA DE AR 7.5/16	UNIDADE	40	Câmara de ar para pneu; Utilização: câmara de ar utilizada em pneus de veículos leves; Aplicação: 7.50 x 16 / 7.00 x 16; Outros: Válvula fixa de borracha; Garantia de 3 anos contra defeito de fabricação.
46	CAMARA DE AR 14.0X24-16	UNIDADE	18	Modelo de Válvula: TR 220; Medida: 1400 R24; ARO 24; Modelo de bico: Bico metal, pequeno, fíco; 3 anos de garantia contra defeitos de fabricação
47	CAMARA DE AR 19.5L -24	UNIDADE	20	Especificação: Tamanho: 19.5-24; Válvula: TR218A
49	PNEU 225/65 R 17	UNIDADE	20	Especificação: Pneu de veículo automotivo - Pneu Radial 225/65R17 Automóvel. Medida: 225/75 radial; aro: 16 c tipo: sem câmara; índice de carga não inferior a "118/116r" (1.320 kg) e índice de velocidade maior ou igual "r" (170 km/h) etiquetas dos pneus de acordo com inmetro; aderência no molhado - máximo (c) resistência ao rolamento - máximo (e) ruído externo - máximo (73db).
50	PNEU 215/60 R 17	UNIDADE	50	pneumático para caminhão, ônibus e seus rebocados; dimensões 1.000 r20, p/roda direcional; construção radial liso; aro 20; IC 148/144; índice de carga (3150/2800 kg); índice de velocidade 1 (120 km/h), profundidade dos sulcos 12,9 mm diâmetro externo 1052, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
51	PNEU 20.5-25	UNIDADE	8	medida: 20.5-25; Aro: 25; diâmetro total: 1447.8 mm; tipo de construção: diagonal; tipo de montagem: sem câmara; Quantidade de lonas: 20
52	PNEU 12.4-24	UNIDADE	8	Especificação: Pneu trator rodas tração, largura seção pneu: 12,40 pol., diâmetro nominal aro: 24 Pol, quantidade lonas: 6 um; tipo de estrutura: carcaça diagonal, largura seção: 315 mm, características adicionais: com câmara.
53	PNEU 175/70 r 13	UNIDADE	20	pneumático para automóvel leve, normal, dimensões 175/70 R 13, aro 13, capacidade de carga mínima de IC 82T, largura de seção mínima de 175mm, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
54	CAMARA DE AR 12.16.5	UNIDADE	12	A Câmara Ar 12-16.5 Tr15 Flexen é feita de borracha de alta qualidade, garantindo resistência e durabilidade. Com um peso de 1,822 kg, é leve o suficiente para ser facilmente manuseada e instalada. As suas dimensões são 27x27x41, tornando-a compacta e fácil de armazenar quando não está em uso



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

55	CAMARA DE AR 12.5 80/18	UNIDADE	12	modelo 12.5 80-18, aro 18, tipo de veículo carro/caminhonete, largura do pneu compatível 1.50 - 2.20 , material borracha.
56	CAMARA DE AR 20.5-25	UNIDADE	12	modelo: camara de ar para carregadeira, aro:25, largura do pneu compatível : - 20.5R25; 20.5-25, Tipo do câmara do pneu:TRJ1175C, material do pneu: borracha .
57	CAMARA DE AR 12.4-24	UNIDADE	4	modelo: Tr218A, aro:24, largura do pneu compatível: 12.4, tipo de camara do pneu: diagonal, material: borracha.
58	CAMARA DE AR 18.4-30	UNIDADE	4	modelo:18.4 R30 aro:30, largura do pneu compatível: 1.50" - 2.20, material da camara do pneu: Borracha .
59	CAMARA DE AR 7.50-16	UNIDADE	30	modelo:7.50-16 aro: 16, material do pneu: borracha

Valor Total do é de R\$ _____ (_____).

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento:

Banco:_____, Agência:_____, Conta Corrente:_____.

Prazo de entrega conforme exigido no Termo de Referência.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

_____/_____,____de_____de 2024.

Local e data

Empresa
Inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
Inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX

***UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° XXX/2024

O Município de Lajinha/MG, inscrito no CNPJ n° 18.392.522/0001-41, com sede na Dr. Sidney Hubner França Camargo 69 "A", Bairro Centro, Lajinha/MG, representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. João Rosendo Ambrósio de Medeiros, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 009/2024, Processo Administrativo n° 0023/2024, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor Beneficiário _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ n° _____, situada no(a) _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF n.º _____,

de acordo com a classificação alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n° 009/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura, ventual e parcelada aquisição/fornecimento de pneus e câmaras de ar para atender a frota de veículos e máquinas do Município de Lajinha/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

N°	ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	PNEU 215/75 17.5 C LISO	UNIDADE	30	Índice de carga:mínimo 126: índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a até c;carga máxima mínimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
02	PNEU 215/75 17.5 C BORRACHUDO	UNIDADE	10	Índice de carga:mínimo 126: índice de velocidade:mínimo 120KM/h aderência. Molhado: a até c;carga máxima mínimo 1.700 kg; quantidade de lona de lona: 12 a 16
03	PNEU 275/80 R 22.5 BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	68	PNEU 275/80R22,5, PRO D BORRACHUDO: Especificação: Pneu 275/80r 22,5 radial borrachudo com banda de rodagem na largura de 230 mm. com banda par pneus radiais aplicados em eixos de tração para veículos que rodam em baixa a média velocidade e em percursos mistos de asfalto e terra; 16 lonas cr/app ibama. fabricante/revendedor; data de fabricação não superior a 12 meses.
04	PNEU 275/80 R 22.5 LISO RADIAL	UNIDADE	34	PNEU 275/80R22,5 PRO S LISO: Especificação: pneu 275/80r 22,5 radial liso com banda de rodagem na largura de 230 mm. Com banda para pneus radiais aplicados em eixos livres e direcionais para veículos que rodam em baixa a média velocidade em percursos mistos de asfalto e terra. 16 lonas. cr/app - ibama. obs - fabricante/revendedor. certificado inmetro. data de fabricação não superior a 12 meses.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

05	PNEU 1000/20 C LISO RADIAL	UNIDADE	10	PNEU 10.00X20 AT 65 LISO - Especificação: Pneu 12 R 16,5, índice de carga 44, índice de velocidade a7, profundidade de sulcos no mínimo de 20 mm, 10 lonas, código de aplicação: L - 3.
06	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	20	PNEU 10.00X20 AT 59 BORRACHUDO - Especificação: pneu 10.00x20 at 59 borrachudo - pneu trator rodas tração, largura seção pneu 10,50 pol, diâmetro nominal aro 20 pol, quantidade lonas 10 um. Tipo estrutura carcaça diagonal, largura seção 276 mm, características adicionais com câmara.
07	PNEU 215/75 R 17.5 R BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	30	Pneu 215/75 R 17,5 borrachudo, com 12 lonas, com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
08	PNEU 205/75 R 16	UNIDADE	16	índice de carga: mínimo 116 índice de velocidade : mínimo 150km/h; aderência molhado: a ate c; carga maxima: mínimo 1.200kg lona 8 a 10
09	PNEU 205/50 R 17	UNIDADE	12	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA NÁILON\, MATERIAL TALÃO:AÇO\, MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, MATERIAL FLANCOS:MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, DIMENSÕES:205/50 R17
10	PNEU 195/55 R 15	UNIDADE	50	índice de carga: mínimo 85 a 92 -índice de velocidade : mínimo 190 km/h; -aderência molhado: a ate c; -carga maxima: mínimo 560kg
11	PNEU 25.5-25	UNIDADE	12	PNEU 25.5 X 25; Lonagem: 20 lonas; Aro:25; Construção: Diagonal; Tipo: sem câmara; Aplicação: Terra; Tipo de desenho: Simétrico
12	PNEU 14.0X24-16 PR G2	UNIDADE	16	PNEU 14.00-24 TG OU 13.00-24 G2 - Especificação: pneumático para máquinas fora de estrada - pneu para retroescavadeira jbc na medida 17/5/25
13	PNEU 19.5-24	UNIDADE	8	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
14	PNEU 12-16.5	UNIDADE	6	PNEU 12X16.5 - Especificação: pneu 12x16,5, borrachudo, aro 16.5, mínimo 12 lonas. Certificado pelo inmetro e no ibama. Garantia mínima de 5 anos contra defeito de fabricação. Aplicação mini pá carregadeira nh l218.
15	PNEU 19.5L-24	UNIDADE	4	PNEU 19.5-24 - Especificação: pneus 19 x 51 x 24, 16 lonas, 1ª linha novo (fabricação não superior a 6 meses, a contar da entrega do objeto) certificação inmetro, prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos.
16	PNEU 12.5L - 80-18	UNIDADE	4	PNEU 15.5 X 80 X 18: 12 lonas R 4, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
17	PNEU 18.4-30	UNIDADE	4	PNEU 18.4-30 - Especificação: pneu trator rodas tração - 18,40 pol, diâmetro nominal aro 30 pol, quantidade lonas 12 um, características adicionais sem câmara. Novo primeira linha, não recauchutado, com certificado do inmetro.
18	PROTETOR 7.5/16	UNIDADE	30	Protetor para câmaras de ar; Dimensões: 7.50-16; aro 16
19	PROTETOR 1000/20	UNIDADE	30	Protetor aro 20 para câmaras de ar 1000-20 / 900-20; Aro 20
20	CAMARA DE AR 1000/20	UNIDADE	30	Especificação: Tamanho: 10.00R20; Modelo: Radial v3-04-5; Quantidade: X8; Uso: caminhão e ônibus
21	CAMARA DE AR 80/100 R 18	UNIDADE	10	Peso aproximado: 432 g; Medida de pneu compatível: 100/80-18; Aro 18; Bico curvado; Válvula: TR-4
22	CAMARA DE AR 90/90 R 18	UNIDADE	10	Medidas: Compatíveis: 90/90-18; Aro:18; Válvula TR4; Material: borracha
23	CAMARA DE AR 12.5L-80-18	UNIDADE	10	Medida: 12.5/80-18; Válvula: TR218A; Aro: 18
24	PNEU 185/70 R 14	UNIDADE	10	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:mínimo 190km/h -aderência molhado: a



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				ate c - carga maxima:minimo 560kg
25	PNEU 80/100 R 18	UNIDADE	10	Pneu 80/100-18 City: Índice de carga: 47; índice de velocidade: S; Tipo de montagem: Sem câmara; A largura da seção é de 8mm; Possui diâmetro de 18"; A relação entre altura e largura é de 100; Mantém a estabilidade em pisos molhados; Apto para motos
26	PNEU 90/90 R 18	UNIDADE	10	PNEU 90/90-18 SUPER CITY - Especificação: Pneu novo para motocicleta medidas: 90 x 90 x 18 (largura x perfil x aro). Índice de carga 48. índice de velocidade: T.
27	ANEL DE VEDAÇÃO 14.0X24-16	UNIDADE	12	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PNEUS - OR 88 T Sobre o produto: Medida: OR 88 T Características: Utilizado em pá carregadeira, patrol motoniveladora 1400-24 Medidas de pneus: 9.00.24 10.00.24 12.00.24 13.00.24 14.00.24 16.00.24
28	PNEU 205/60 R 16	UNIDADE	24	Especificação: Índice de carga: 92 (630kg) Diâmetro: 652 mm; largura: 205 mm; índice de velocidade: H (210 Km/h); talas compatíveis: 6 a 7.5; Sulco: 9mm; Aderência: A; sem câmara
29	PNEU 205/70 R 15	UNIDADE	4	pneumático para utilitário, dimensões 205/70 R15c; construção radial; reforçado, aro 15, IC 106/104, cod. Vel. "r", novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
30	PNEU 225/75 R 16	UNIDADE	40	radial liso com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
31	PNEU 215/65 R 16	UNIDADE	64	Pneu 215 / 65 R16 com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
32	PNEU 205/55 R 16	UNIDADE	8	pneumático para utilitário, dimensões 205/55 R16, construção radial, aro 16, largura de seção mínima de 205mm, diâmetro externo mínimo de 632 mm, índice de carga 91 - 615kg; índice de velocidade t, novo (primeira vida), com certificação do INMETRO.
33	PNEU 195/55 R 16	UNIDADE	20	Dimensões: 195/55 R16; Diâmetro total: 620.9 mm; Aro 16; Tipo de construção: Radial; Índice de peso 87 - 545kg; índice de velocidade: V - 24km/h; Peso: 7.76; Tração A; com selo do INMETRO; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação.
34	PNEU 165/70 ARO 13	UNIDADE	12	Dimensões: 165/70R13; largura 165 mm; Aro 13; diâmetro total 561,2 mm; índice de peso: 83 - 487kg; índice de velocidade T - 190km/h; Tipo de construção: Radial;
35	PNEU 175/70 R 14	UNIDADE	120	índice de carga: mínimo 88 a 92 -índice de velocidade:minimo 190km/h -aderência molhado: a ate c - carga maxima:minimo 560kg
36	PNEU 195/65 R 15	UNIDADE	30	Dimensões: 195/65R15; Largura: 195 mm; Aro: 15; Diâmetro total: 634,5 mm; índice de peso: 91 - 615kg; índice de velocidade: H - 210 km/h; Tipo de construção: Radial; Peso 8.77; Tração: A; Temperatura: A; Garantia: 5 anos contra defeito de fabricação.
37	PNEU 175/65 R 14	UNIDADE	32	PNEU 175/65R14 ENERGY - Especificação: Medida: 175/65R14; Aro: 14; Diâmetro total: 583.1mm; Índice de peso: 86 - 530kg; Índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro do inmetro; garantia de 5 anos contra defeito de fabricação



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

38	PNEU 7.50/16 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	24	Dimensões: 7.50R16; Largura 7.50"; Perfil: 50"; Aro: 16; Diâmetro total: 711.2 mm; índice de peso: 122 - 1500kg, 118 - 1320 kg, 122/118; índice de velocidade: M - 130 Km/h; tipo de construção: Radial; Quantidade de lonas: 14; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação; selo do INMETRO
39	PNEU 7.50/16 R LISO RADIAL	UNIDADE	20	Aro: 16; índice de peso (por pneu): 122 - 1500kg; índice de peso (rodado duplo): 118 - 1320kg; índice de velocidade: K - 110 km/h; uso com câmaras
40	PNEU 1000/20 C BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	12	Pneu 1000 R 20 14 lonas radial borrachudo min 20,3 mm de prof.(misto para estrada de chão e asfalto) com selo do INMETRO impresso sob o mesmo, não remoldado, não remanufaturado, data de fabricação até 12 meses anteriores a contar da data de entrega. Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.
41	PNEU 215/75 R 16	UNIDADE	40	índice de carga:mínimo 116 - índice de velocidade; mínimo 150km/h -aderência molhado: a ate c -carga maxima: mínimo 1.200kg - quantidade de lona 8 a 10
42	PNEU 185/65 R 15	UNIDADE	48	Pneu 185/65 R15: pneumático para automóvel leve; medida 185/65 R15, aro 15, largura 185mm perfil 65% índice de carga 88 (560 kg) índice de velocidade h (210 km/h) estrutura radial; com certificação compulsória INMETRO.
43	PNEU 215/70 R 16	UNIDADE	24	215/700R16; Largura: 215 mm; Aro: 16; Diâmetro totam: 707.4 mm; índice de peso: 100 - 800 kg; índice de velocidade: H - 210 Km/h; Tipo de construção: Radial; Tração: A; garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
44	PNEU 225/65 R 16	UNIDADE	30	225/65R16; Largura: 225 mm; Aro: 16; Diâmetro: 698,9 mm; índice de peso: 112-1120 kg; índice de velocidade: R - 170 Km/h; Tipo de construção: Radial; Registro Inmetro; Garantia 5 anos contra defeito de fabricação.
45	CAMARA DE AR 7.5/16	UNIDADE	40	Câmara de ar para pneu; Utilização: câmara de ar utilizada em pneus de veículos leves; Aplicação: 7.50 x 16 / 7.00 x 16; Outros: Válvula fixa de borracha; Garantia de 3 anos contra defeito de fabricação.
46	CAMARA DE AR 14.0X24-16	UNIDADE	18	Modelo de Válvula: TR 220; Medida: 1400 R24; ARO 24; Modelo de bico: Bico metal, pequeno, fíco; 3 anos de garantia contra defeitos de fabricação
47	CAMARA DE AR 19.5L -24	UNIDADE	20	Especificação: Tamanho: 19.5-24; Válvula: TR218A
49	PNEU 225/65 R 17	UNIDADE	20	Especificação: Pneu de veículo automotivo - Pneu Radial 225/65R17 Automóvel. Medida: 225/75 radial; aro: 16 c tipo: sem câmara; índice de carga não inferior a "118/116r" (1.320 kg) e índice de velocidade maior ou igual "r" (170 km/h) etiquetas dos pneus de acordo com inmetro; aderência no molhado - máximo (c) resistência ao rolamento - máximo (e) ruído externo - máximo (73db).
50	PNEU 215/60 R 17	UNIDADE	50	pneumático para caminhão, ônibus e seus rebocados; dimensões 1.000 r20, p/roda direcional; construção radial liso; aro 20; IC 148/144; índice de carga (3150/2800 kg); índice de velocidade 1 (120 km/h), profundidade dos sulcos 12,9 mm diâmetro externo 1052, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
51	PNEU 20.5-25	UNIDADE	8	medida: 20.5-25; Aro: 25; diâmetro total: 1447.8 mm; tipo de construção: diagonal; tipo de montagem: sem câmara; Quantidade de lonas: 20
52	PNEU 12.4-24	UNIDADE	8	Especificação: Pneu trator rodas tração, largura seção pneu: 12,40 pol., diâmetro nominal aro: 24 Pol, quantidade lonas: 6 um; tipo de estrutura: carcaça diagonal, largura seção: 315 mm, características adicionais: com câmara.
53	PNEU 175/70 r 13	UNIDADE	20	pneumático para automóvel leve, normal, dimensões 175/70 R 13, aro 13, capacidade de carga mínima de IC 82T, largura de secção mínima



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

				de 175mm, novo (primeira vida), com certificação compulsória INMETRO.
54	CÂMARA DE AR 12.16.5	UNIDADE	12	A Câmara Ar 12-16.5 Tr15 Flexen é feita de borracha de alta qualidade, garantindo resistência e durabilidade. Com um peso de 1,822 kg, é leve o suficiente para ser facilmente manuseada e instalada. As suas dimensões são 27x27x41, tornando-a compacta e fácil de armazenar quando não está em uso
55	CÂMARA DE AR 12.5 80/18	UNIDADE	12	modelo 12.5 80-18, aro 18, tipo de veículo carro/caminhonete, largura do pneu compatível 1.50 - 2.20 , material borracha.
56	CÂMARA DE AR 20.5-25	UNIDADE	12	modelo: câmara de ar para carregadeira, aro:25, largura do pneu compatível : - 20.5R25; 20.5-25, Tipo do câmara do pneu:TRJ1175C, material do pneu: borracha .
57	CÂMARA DE AR 12.4-24	UNIDADE	4	modelo: Tr218A, aro:24, largura do pneu compatível: 12.4, tipo de câmara do pneu: diagonal, material: borracha.
58	CÂMARA DE AR 18.4-30	UNIDADE	4	modelo:18.4 R30 aro:30, largura do pneu compatível: 1.50" - 2.20, material da câmara do pneu: Borracha .
59	CÂMARA DE AR 7.50-16	UNIDADE	30	modelo:7.50-16 aro: 16, material do pneu: borracha

2.2. Por se tratar de Registro de Preços, não se obriga a contratante a cumprir os quantitativos previstos neste Termo de Referência, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues pela fornecedora e aceitos pela fiscalização.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 nova lei.

5.2.2. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 009/2023.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 009/2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do nos termos do art. 68 c/c §4º do art. 70 do Decreto Municipal nº 009/2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1.0 descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3.0 órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Prefeitura, sede adm. do Município de Lajinha/MG, XX de XXXXXXX de 2024.

P/MUNICÍPIO DE LAJINHA-ESTADO DE MINAS GERAIS.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros- *Prefeito Municipal de Lajinha/MG.*

-C O N T R A T A N T E-



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.- inscrito no CNPJ sob n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

C O N T R A T A D O - (A) -

T E S T E M U N H A S:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO N° XXX/2024

Pelo presente instrumento contratual administrativo, de um lado o **Município de Lajinha - Estado de Minas Gerais, inscrito no CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA sob n° 18.392.522/0001-41**, com sede de sua administração estabelecida à Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, n° 69 "A", centro, em Lajinha/MG, adiante chamado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE MEDEIROS**, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, residente e domiciliada à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXXXXX, em Lajinha/MG, portador da CARTEIRA DE IDENTIDADE, XXXXXXXXXXXXXXXX expedida pela SSP/XXXX, inscrito no CPF sob n° XXXXXXXXXXXXXXXX e o(a) empresa, **XXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF/CNPJ n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada no(a)) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX n° XXX, Bairro XXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX/XXXXX, representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da CARTEIRA DE IDENTIDADE, XXXXXXXXXXXXXXXX expedida pela SSP/XXXX, a seguir denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no **Processo n° XXXX/2024 - Pregão Eletrônico n° XXX/2024**, em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, Decreto Municipal n° 009/2023, e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1- Constitui objeto do presente instrumento e Registro de Preço para futura, ventual e parcelada aquisição/fornecimento de pneus e câmaras de ar para atender a frota de veículos e máquinas do Município de Lajinha/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 - Objeto da contratação:

PLANILHA EM ANEXO:

1.3 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de referência, o estudo técnico preliminar, quando elaborado, o edital da licitação, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de Licitação.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1- O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 - O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

5.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.1- O valor da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 - CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.2- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.3- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.4- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

8.1.6- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 - A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 - CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 - São obrigações do Contratado:

9.1.1- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro utilizado pelo(a) Município de Lajinha/MG, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.1.8- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do(a) Município de Lajinha/MG.

9.1.17 - Se for o caso, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10 - CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - Se for o caso, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Quando for o caso, terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - **Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:**

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - **Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

1 - moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20 % a 30 % do valor do Contrato.

3 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5 % a 25% do valor do Contrato.

4 - Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 3 % a 20 % do valor do Contrato.

5 - Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1 % a 15 % do valor do Contrato. 6 - Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 02 % a 10 % do valor do Contrato.

12.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao(a) Município de Lajinha/MG (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo(a) Município de Lajinha/MG ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9- O(A) Município de Lajinha/MG deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2- Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

13.3 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n° 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 - Indenizações e multas.

13.6- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Lajinha/MG, para o exercício atual, na classificação abaixo:

- 0201.0412200022007.339030.00 - Ficha 22
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0201.0618100582014.339030.00 - Ficha 47
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0201.0618100712015.339030.00 - Ficha 54
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
- 0204.0412300592024.339030.00 - Ficha 143
Fonte: 15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

- 0206.1211220042040.339030.00 - Ficha 179
Fonte: 150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos (Livre)
Fonte: 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Educação)
- 0206.1236100332055.339030.00 - Ficha 259
Fonte: 150000000000 - Transferência Salário
Educação0206.1236100342062.339030.00 - Ficha 283
Fonte: 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Educação)
- 0207.1012200042082.339030.00 - Ficha 370
Fonte: 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde)
- 0207.1030105082094.339030.00 - Ficha 437
Fonte: 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde)
- 0207.1030505212519.339030.00 - Ficha 565
Fonte: 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos (Saúde)
- 0214.1236100342063.339030.00 - Ficha 601
Fonte: 154000000000 - Transferência do FUNDEB (30%)
- 0215.0824300632137.339030.00 - Ficha 644
Fonte: 166000000000 - Transf. Do Fundo Nacional Assistência Social
- 0215.0824400372196.339030.00 - 672
Fonte: 166000000000 - Transf. Do Fundo Nacional Assistência Social
Fonte: 166100000000 - Transf. Do Fundo Estadual Assistência Social
- 0216.10301050822107.339030.00 - 705
Fonte: 160000000000 - Transf. Do SUS Proveniente do Gov. Federal

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo(a) Município de Lajinha/MG, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1- Incumbirá ao(a) Município de Lajinha/MG divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município da licitante, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



MUNICÍPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Prefeitura, sede adm. do Município de Lajinha/MG, XX de XXXXXXX de 2024.

P/MUNICÍPIO DE LAJINHA-ESTADO DE MINAS GERAIS.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros- *Prefeito Municipal de Lajinha/MG.*

-C O N T R A T A N T E-

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.- inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

C O N T R A T A D O-(A) -

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Termo e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a), Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII - o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____, E-mail: _____, Telefone: _____.

IX - Nomeia e constitui o(a) senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não



MUNICIPIO DE LAJINHA - MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI - conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____/_____, ____ de _____ de 2024.

Local e data

Empresa

Inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

Inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

***UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**